

**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI****COMUNIQUE-SE: LISTA 632**

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

ENDERECO: RUA DO PARAÍSO, 387  
6027.2019/0000690-5 - Áreas contaminadas: Avaliação Ambiental

Interessado: DELLA VOLPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Comunique-se nº 398/GTAC/2020

O Grupo Técnico de Áreas Contaminadas - GTAC, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, solicita apresentar cópias:

- 1 - Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova;
- 2 - Relatório de comprovação da execução / implantação das medidas de intervenção, protocolado na CETESB;
- 3 - Manifestação da CETESB com análise ao relatório de comprovação / implantação das medidas de intervenção;
- 4 - Despacho decisório da CETESB, que autoriza a emissão do Termo de Reabilitação para o Uso Declarado;
- 5 - Termo de Reabilitação para Uso Declarado;
- 6 - Matrícula nº 84.655 (8º CRI), contendo a averbação solicitada pela CETESB quando da emissão do Termo de Reabilitação para o Uso Declarado.

Prazo para atendimento: 180 dias contados a partir da data da publicação no DOC. A documentação deverá ser encaminhada por meio do Setor de Protocolo da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, situada à Rua do Paraíso, 387, Paraíso - SP, CEP 04103-000. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência do pleito. Dúvidas quanto ao comunique-se poderão ser esclarecidas através do e-mail [svmagtac@prefeitura.sp.gov.br](mailto:svmagtac@prefeitura.sp.gov.br)

Caso o tempo para atendimento seja insuficiente o interessado deverá encaminhar solicitação de prorrogação de prazo, contendo justificativa e o período necessário para atendimento ao requerido.

**6027.2019/0010811-2 - Áreas contaminadas: Avaliação Ambiental**Interessados: JOAQUIM AGOSTINHO  
COMUNIQUE-SE nº 403/GTAC/2020

O Grupo Técnico de Áreas Contaminadas solicita:

- 1 - Apresentar cópia de &ldquo;Parecer Técnico sobre Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória nos Casos de Área com Potencial de Contaminação&rdquo; a ser emitido pela CETESB. Recomendamos solicitar vistas a Informação Técnica nº 537/GTAC/2020 pelo e-mail [svmagtac@prefeitura.sp.gov.br](mailto:svmagtac@prefeitura.sp.gov.br).
- 2 - Prazo para atendimento: 60 dias contados a partir da data da publicação no DOC. Tendo em vista o comunicado do Secretário da Secretaria do Verde e Meio Ambiente suspendendo o atendimento presencial nas dependências desta SVMA, em consonância ao art. 3º do Decreto Municipal nº. 59.283/2020, a documentação de atendimento ao Comunique-se poderá ser encaminhada pelo e-mail [svmagtac@prefeitura.sp.gov.br](mailto:svmagtac@prefeitura.sp.gov.br), até que a situação seja normalizada. O não atendimento no prazo estabelecido será considerado como desistência do pleito. Após realizar vistas a **Informação Técnica nº. 537/GTAC/2020**, no caso de dúvidas encaminhar para o e-mail [svmagtac@prefeitura.sp.gov.br](mailto:svmagtac@prefeitura.sp.gov.br). Caso o tempo para atendimento seja insuficiente o interessado deverá encaminhar solicitação de prorrogação de prazo, contendo justificativa plausível e o período necessário para atendimento ao solicitado.

**Análise de Plano de Atendimento a Emergências - PAE 6027.2018/0003144-4 - Interessado(a): SUDOESTE AMBIENTAL LTDA. EPP**

COMUNIQUE-SE: Diante da solicitação feita pela empresa SUDOESTE AMBIENTAL LTDA. EPP (CNPJ 54.337.613/0001-48), e com base na aprovação do seu Plano de Atendimento a Emergências para o Transporte de Produtos Perigosos no Município de São Paulo, cujo deferimento foi publicado no DOC em 13/09/2018, fica alterada a razão social passando de **SUDOESTE AMBIENTAL LTDA. EPP** para **PAULO SERGIO CODOGNOTO LTDA.**

Em caso de dúvidas entrar em contato através do endereço [svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br](mailto:svmagtpae@prefeitura.sp.gov.br).

**CERTIFICADO AMBIENTAL RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL – TCA nº 063/2014** Processo nº 2013-0.306.452-5 Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, na sede da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA, da Prefeitura do Município de São Paulo, na presença do Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, foi apresentado o laudo de comprovação do atendimento das obrigações contidas no TCA assinado por LUIZ FERNANDO SOARES MONTANS portador do CPF/MF nº219.721.838-77, e o Sr. EDUARDO CARVALHO LEITE, portador do CPF/MF nº544.529.373-49, representantes das LIVING APIÁI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ/MF sob nº11.359.844/0001-40, para declarar o que segue: 1 – que nos termos do despacho de fls.139, proferido nos autos em epígrafe e nas Cláusulas do TCA nº063/2014, publicado no DOC em 13/05/2014, pág. 34, sob fls. 134 a 138 dos autos, o interessado executou as obrigações e serviços pactuados em compensação pelos cortes autorizados e realizados na Avenida Pires do Rio, nº4.615, Lote A, Itaquera, São Paulo – SP; 2 – que os plantios internos, estabelecidos na Cláusula Primeira, itens 1.1.2 e na Cláusula terceira, realizados no endereço do TCA, foram vistoriados em 01/09/2020, pela Bióloga Maria Augusta M. Ribeiro, e constatou que houve a substituição das mudas solicitadas a contento, portanto todo plantio compensatório apresenta desenvolvimento satisfatório, conforme relatório às fls. 183/184 dos autos; 3 – que as áreas verdes e permeáveis, estabelecidas na Cláusula Quinta, foram vistoriadas em 01/09/2020 foram implantadas conforme PCA aprovado, de acordo com relatório da Bióloga Maria Augusta M. Ribeiro, às fls.183/184 dos autos; 4 – que o prazo de conservação e manutenção do manejo conforme determinado no TCA: dos plantios internos se estendera até 10/08/2021 -dos plantios na área de preservação permanente – APP se estendera até 10/08/2022 A emissão do presente Certificado de Recebimento Provisório é efetuada tendo em vista a expedição do “Habite-se” ou Auto de Conclusão, nos termos do parágrafo único do artigo 10º da Lei Municipal nº. 10.365/87. Quando da solicitação do Certificado de Recebimento Definitivo, o interessado deverá apresentar, ao fim do prazo de manutenção, relatório de conclusão do manejo arbóreo com as respectivas conservações efetuadas e previstas no TCA, devidamente documentado com fotos. Este trabalho deve ser realizado por profissional competente, com recolhimento de ART. Conforme concluiu a Assessoria da Coordenação de Licenciamento Ambiental, o compromissado cumpriu o projeto de compensação ambiental, dentro das especificações técnicas exigidas, não ficando isento das obrigações e responsabilidades previstas na Lei 10.365/87, bem como as previstas no TCA.

Em atenção ao Decreto Municipal 59.283/2020, Art. 5º, o documento poderá ser retirado na Sede da SVMA,Rua do Paraíso, nº 387 andar 7º andar, após agendamento prévio, através do telefone 5187-0365, e mediante procuração com firma reconhecida ou cópia autenticada.

**COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO****GABINETE DO PRESIDENTE****COHAB - CONTABILIDADE****APROVAÇÃO DE ADIANTAMENTO**

Nos termos do art. 16, do Decreto nº 48.592 de 06 de Agosto de 2007 e considerando as Baixas das Prestações de Contas auferidas pela GAFIN - Gerência de Administração Financeira, em conformidade com a Norma COHAB/GAFIN P-059, APROVO

a prestação de conta do processo de adiantamento da Diretoria Administrativa - DIADM, abaixo relacionado:

APROVADO - Artigo 2º, inciso I da Lei 10.513/88

CPF:134.782.488-09

Nome/Responsável:Sidley Santos Matos

Mês/Ano:Outubro/2020

Processo:7610.2020/0002260-2

Valor:R\$ 1.000,00

**SÃO PAULO URBANISMO****GABINETE DO PRESIDENTE****SEI 7810.2020/0000201-3****ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA ESPRAIADA REALIZADA EM 22/07/2020****Microsoft Teams**

Às 15h08, do dia 22 de julho de 2020, na plataforma Microsoft Teams, **Sra. Denise Lopes de Souza**, Diretora de Implementação de Projetos Urbanos – DIP, representante titular da SPUrbanismo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia a 56ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – OUCAE, com pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Publicação D.O.C. – Portaria SGM 79, de 06 de março de 2020, designa o senhor SILVIO EUGENIO DE LIMA, para, na qualidade de titular e como representante da Secretaria Municipal de Habitação, integrar o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada: Publicação D.O.C. – Portaria SGM 104, de 06 de abril de 2020, designa os senhores THOMAS MIGLIORINI COVELLO e ANTONIA RIBEIRO GUGLIELMI, para, na qualidade de titular e suplente, e como representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; Publicação D.O.C. – Portaria SGM 192, de 10 de julho de 2020, designa as senhoras FLÁVIA TALIBERTI PERETO e LARA CAVALCANTI RIBEIRO FIGUEIREDO, para, na qualidade de titular e suplente, e como representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, integrarem o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; III. Leitura e aprovação das atas: 53ª Reunião Ordinária (04/09/2019) e 55ª Reunião Ordinária (04/03/2020) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada; IV. Informes: a. Lei Municipal nº 17.335/2020; b. Comissão Técnica; Ordem do Dia: I. Controle de Estoque; II. Aspectos Financeiros (Quadro Financeiro); III. Andamento das Intervenções: a. Prolongamento da Av. Chucrri Zaidan; Prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho – Via Parque; HIS; Conjunto Estevão Baião; b. Programa de Despoluição do Rio Pinheiros – SABESP; c. Plano de Trabalho Social; d. Quadro Físico-Financeiro Geral; IV. Deliberação: Carta à PMSP e CMSP com recomendação de aprovação do PL 381/2019 (Chucrri Zaidan); V. Deliberação: Aprovação da proposta de priorização dos trechos de infraestrutura da Av. Jornalista Roberto Marinho, resultante das Oficinas realizadas; VI. Apresentação do Plano de Aplicação Anual: proposta orçamentária para 2021; VII. Informe: Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira. Para início da 56ª Reunião Ordinária, foi verificado o quórum, com os seguintes participantes: Denise Lopes de Souza representante titular da SPUrbanismo; Joyce Reis Ferreira da Silva, representante suplente da SPUrbanismo; Maria Laura Fogaça Zei, representante suplente da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA; Denise Maria Saliba Dias Gomes, representante suplente da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT; Antonia Ribeiro Guglielmi, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB; Fernando Marcos Ferreira, representante suplente da Subprefeitura Jaquaguara; Flávia Taliberti Pereto, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU; José Orlando Ghedini, representante titular do Movimento Defesa São Paulo; Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos representantes dos Moradores de Favela - perímetro da OUCAE; Eduardo Della Manna, representante titular do SECOVI; Maria Lúcia Refinetti R. Martins, representante titular da FAUUSP. Durante os trabalhos da reunião, também se fizeram presentes: Antonio Marcos Dória Vieira, representante titular da APEOP e Izabella Neves Tominaça, representante suplente da Secretaria Municipal da Fazenda - SF. **Sra. Denise Lopes de Souza** registra a presença da Sabesp para acompanhar os trabalhos do dia, pois haverá ponto de pauta que discorrerá sobre ações da Empresa pertinentes ao território da OUCAE. **Sra. Patrícia Saran**, Gerente da Gerência de Gestão Participativa da São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo/GGP, apresenta as novas nomeações de representantes do Grupo de Gestão por meio das Portarias SGM constantes da pauta. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, representante suplente de SIURB, informa que, após a publicação da Portaria, houve o deslocamento do representante titular da SPObras e SIURB já trabalha na substituição da indicação. **Sra. Patrícia Saran** segue para a aprovação das atas da 53ª Reunião Ordinária (04/09/2019) e 55ª Reunião Ordinária (04/03/2020), sem que houvesse manifestações prévias, por correio eletrônico. Demanda se há consideração. **Sr. José Orlando Ghedini**, representante titular do Movimento Defesa São Paulo, pergunta sobre os itens da ata que não foram respondidos e registra abstenção do Movimento Defesa São Paulo à 53ª Reunião Ordinária, por não ter estado presente. Não havendo outras declarações, as atas são consideradas aprovadas. **Sra. Denise Lopes de Souza** notifica sobre a Lei Municipal nº 17.335/2020, que trata da autorização de alocação do superávit financeiro dos fundos das operações urbanas para fins de combate à Pandemia da COVID-19, conforme seus artigos 8º e 14. Avisa que os recursos de operações urbanas podem ser solicitados desde que sejam ressarcidos integralmente. Informa que a Prefeitura Municipal de São Paulo já solicitou recursos do FUNDURB, o que foi aprovado pelos representantes do referido Fundo. Destaca que, até o momento, não foram solicitados recursos dos fundos das Operações Urbanas e tampouco promulgado de decreto regulamentador. Discorre que não houve solicitação de autorização prévia à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ainda que ela tenha sido notificada da promulgação da Lei, para que tomasse ciência. **Sr. José Orlando Ghedini** interroga se somente a CVM deverá ser consultada, o que é esclarecido pela **Sra. Denise Lopes de Souza** que não foi previsto na lei consulta ao Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – GG OUCAE. **Sra. Maria Lucia R. Martins** questiona em que esta lei implica e qual a possibilidade do GG OUCAE deliberar sobre os recursos do fundo da Operação Urbana disponíveis, o que é esclarecido pela **Sra. Denise Lopes de Souza** que as ações do GG OUCAE não são impactadas na medida em que não houve, até o momento, solicitação de recursos e, caso haja, deverá ser acompanhada de planejamento de restituição do recurso, o que ainda dependerá de autorização da CVM. **Sr. José Orlando Ghedini** questiona se poderá haver ponderação sobre recurso de qual operação urbana seria solicitado. **Sr. Antonio Marcos Dória Vieira** comenta que estamos em outro momento da pandemia, diverso daquele da promulgação da Lei Municipal nº 17.335/2020, colocando-se contrário à utilização de recursos de operação urbana para o combate à COVID-19, tendo em vista que o recurso das operações deve ser destinado à implantação de infraestrutura urbana e a Prefeitura Municipal de São Paulo já realiza ações de desmobilização das infraestruturas instaladas para o combate à pandemia da COVID-19. **Sra. Patrícia Saran** realiza informe sobre a instauração de Comissão Técnica deliberada na 55ª Reunião Ordinária, demonstrando o local para acesso aos documentos referentes aos trabalhos da Comissão Técnica, na plataforma da SPUrbanismo, pelo botão “Participação Social”. Infor-

ma que foram realizados dois encontros, o primeiro em 24/06/2020 e o segundo em 15/07/2020, já havendo encontro agendado para 26/08/2020. **Sra. Denise Lopes de Souza** discorre sobre o conteúdo das reuniões, sendo que, na primeira reunião, foi apresentado resultado da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN em relação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 15.416/2011, que permitia a execução de intervenção fora do perímetro da OUCAE, no caso o túnel, concluindo-se pela impossibilidade da mudança efetivada pela Lei, restando ainda trânsito em julgado de ação da Câmara Municipal de São Paulo. Contudo a Casa Legislativa manifestou-se que não recorrerá da decisão. Como resultado, a OUCAE não poderá mais alocar recursos fora do perímetro definido pela lei original, Lei Municipal nº 13.260/2001, o que impacta no financiamento do túnel de interligação da Avenida Jornalista Roberto Marinho até a Rodovia Imigrantes, podendo ser executado eventualmente com outros recursos. No segundo encontro, os representantes da SMT/CET expuseram as diretrizes de mobilidade vigentes à época da promulgação das leis de 2001 e 2011, bem como as alterações pós promulgação do Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº 16.050/2014), apontando a necessidade de novas diretrizes de mobilidade e de novo projeto para efetivar a interligação da Avenida Jornalista Roberto Marinho até a Rodovia Imigrantes. Para o próximo encontro, os representantes de SMT/CET traão aprofundamento aos estudos iniciados, com proposta de definição de diretrizes, a fim de compreender quais estudos funcionais deverão ser contratados, cabendo às representantes da SVMA, juntamente aos técnicos da área ambiental da SPObras, a análise do impacto das alterações do projeto à licença ambiental de instalação – LAI existente, que será realizado em paralelo. Exibe plano de trabalho da Comissão Técnica, com a definição dos eixos de trabalho e seus cronogramas, apontando o desenvolvimento dos trabalhos nos seguintes eixos: Eixo Técnico-Jurídico, para entendimento da situação da ADIN e seus impactos no Plano de Aplicação na forma prevista na Lei da OUCAE (julho a setembro de 2020); Eixo Técnico-Mobilidade, a fim de promover análise com foco nas intervenções de que tratam do prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho e Vias Locais do Brooklyn e seus desdobramentos (julho a setembro de 2020); Eixo Técnico-Ambiental, que deverá compreender os impactos dos estudos e propostas de adequação dos projetos de mobilidade frente à LAI emitida para o Prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho (agosto a dezembro de 2020); Eixo Técnico-Viabilidade, para avaliação da capacidade da OUCAE em suportar o Plano de Intervenções modificado, se houver (outubro a dezembro de 2020); Eixo-Técnico Legal, para estudos de proposta de adequação do Plano de Intervenções, se houver (dezembro de 2020 a março de 2021); Consolidação dos Eixos, para análise das interfaces e conformidades entre os cinco eixos e proposta de encaminhamentos (julho de 2020 a junho de 2021). Enfatiza ser um trabalho de longo prazo, mas que o GG OUCAE tem esse tempo de debate, destacando que os trabalhos da Comissão Técnica serão entre as reuniões ordinárias do GG OUCAE, com previsão de periodicidade mensal. **Sra. Maria Laura Fogaça Zei**, representante suplente de SVMA, informa que já levou o relatório de SPObras ao Departamento que analisa a Licença Ambiental de Instalação – LAI em SVMA e, em análise com a Sra. Andrea Franklin, da SPObras, pondera ser necessário compreender qual será a abrangência dos estudos de SMT/CET a fim de conseguir analisar as questões ambientais sobre proposta mais concreta. Passando à Ordem do Dia, acerca do Controle de Estoques, **Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva**, Gerente de Análise Técnica da SPUrbanismo, demonstra os estoques máximos previstos na lei, o estoque consumido, o estoque e análise, que se encontram em tramitação e o estoque total estimado. Retoma a alteração legal sobre o uso não residencial do Setor Berrini, apontando o encerramento das questões de transição após o encerramento dos processos que já se encontravam em tramitação quando da publicação da Resolução do GG OUCAE limitando uso não residencial em 50%. Informa que houve emissão de duas certidões no Setor Berrini e uma certidão no setor Chucrri Zaidan. Sobre os processos em análise, aponta que tramita um processo de adesão no Setor Berrini e três no Setor Chucrri Zaidan. Demonstra que houve uma desvinculação de CEPAC concluída e duas solicitações em andamento. Sobre o controle de CEPAC, o número mais relevante é o número de CEPAC convertidos (3.303.481), desvinculados (63.302 para “Área Computável Adicional - ACA” e 119 para “Usos e Parâmetros”) e o quanto há de CEPAC em circulação (87.518). **Sr. Antonio Marcos Dória Vieira** questiona onde estão os CEPAC desvinculados e que ainda não se encontram em circulação, uma vez que só ficam disponíveis 180 (cento e oitenta) dias depois da desvinculação. **Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva**, esclarece que os CEPAC em circulação não contemplam os CEPAC desvinculados, cujo prazo para retorno à circulação ainda não foi vencido. Acata sugestão para apresentar esses dados e aprimorar a transparência das informações. **Sr. Antonio Marcos Dória Vieira** levanta questão sobre entendimento do setor jurídico da SPUrbanismo de que a mudança de Certidão de CEPAC necessita de regulamentação por meio de Portaria do Sr. Prefeito. Discorre que a vinculação de CEPAC é estratégia que reduz o risco do empreendedor, que vincula o CEPAC ao terreno antes de elaborar o projeto e demanda liberdade para alterar a vinculação. Assim, considerando a orientação do departamento jurídico, propõe que o GG OUCAE delibere pela elaboração de minuta de portaria, para que não haja insegurança junto ao mercado imobiliário. **Sra. Flávia Taliberti Pereto**, representante suplente da SMDU, questiona sobre o quadro de estoques residenciais, por que o somatório das colunas é maior do que os totais e o que são valores negativos. **Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins** coloca seu questionamento similar ao da representante de SMDU, questionando o que são os valores negativos no quadro apresentado. **Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva** esclarece que o que está definido no quadro é estabelecido em Lei como limite mínimo percentual para equilíbrio dos usos. As solicitações superam o mínimo estabelecido em Lei, por isso o somatório é maior. Esclarece que o valor negativo se refere a processos em tramitação com pedido de alteração de uso em certidão já emitida. Aponta que, enquanto o processo tramita, não é possível identificação aos municípios que haverá mudança de uso na Certidão de CEPAC e, portanto, mudanças no estoque disponível. Nesse sentido, como não há normativo que regulamente a alteração da Certidão de CEPAC, e como o estoque é prerrogativa de controle municipal, o jurídico entende que este rito carece de regulamentação municipal, a fim de a informação de controle de estoque seja apresentada de maneira isonômica para todos os interessados, e não somente no momento de deferimento do processo. A partir do momento que o problema foi identificado pela SPUrbanismo, o setor jurídico entendeu não ser possível deferir alterações de Certidão de CEPAC, por não haver regulamentação. **Sr. Antonio Marcos Dória Vieira** (CL encaminha deliberação para constituição desse grupo de discussão para debater a elaboração de normativo para reger alterações de Certidão de CEPAC, que é aprovada por unanimidade. Posteriormente, será solicitado o interesse de quem quer participar do grupo em questão, registro de interesse de APEOP e SECOVI em participar. Segue-se a pauta. **Sra. Maria de Fátima do N. Niy** apresenta os aspectos financeiros, com valores consolidados até 31 de maio de 2020. Demonstra receita total de R\$ 3.919.958.206,00, despesas totais de R\$ 3.810.927.455,00 e saldo de R\$109.030.751,00, sem alterações nas intervenções concluídas. Das intervenções em andamento, de fevereiro a maio/2020, houve evolução nas intervenções Via Parque, de R\$ 1.189.499,00; HIS, R\$ 8.418.368,00 englobando Lote 3, Estevão Baião e desapropriações, bem como Gerenciamento técnico de obras HIS, trabalho técnico social e auxílio aluguel; sobre o Prolongamento da Av. Chucrri Zaidan, houve crédito em processo de desapropriação de R\$ 223.024,35; sobre as remunerações houve a evolução de R\$

671.142,00. Assim, a evolução total do período foi de R\$ 10.055.984,00 de despesas. Sem manifestações dos presentes, **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, representante suplente da SIURB inicia o item III. a, da pauta, detalhando as intervenções que avançam desde a última reunião, no âmbito de SIURB/SPObras. Destaca solicitação de financiamento do FGTS para a intervenção de prolongamento da Av. Chucrri Zaidan. Sobre a HIS 14, apresenta fotos que demonstram a fase final da obra, com perspectiva para conclusão da obra ainda em julho de 2020, restando medir R\$ 2.000.000,00. Informa que as obras das intervenções HIS 27 e HIS 41 permanecem paralisadas decorrentes aos processos de rescisão dos contratos dos lotes 1 a 4 e SPObras prepara Termo de Referência para contratação de conclusão da obra assim que formalizar a rescisão do contrato. Informa que a HIS 42 foi entregue à população em novembro de 2019 e a construtora segue atendendo pedidos de correção. Sobre a rescisão dos contratos dos Lotes 1, 2 e 4, os processos encontram-se em andamento, sem perspectivas de datas. Sobre a intervenção da área de Lazer Pedro Bueno, resta ainda o fechamento da área junto ao remanejamento da adutora da Sabesp, sendo necessária nova licitação para conclusão da terceira faixa de viário, aterro e conclusão da área de lazer. **Sra. Maria Lucia R. Martins** questiona em que foi aplicado o valor demonstrado na evolução dos aspectos financeiros de HIS, apresentado pela **Sra. Maria de Fátima do N. Niy**, o que é esclarecido pela **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi** ser no empreendimento HIS 14, que é a única intervenção com evolução no período, o que é confirmado pela **Sra. Maria de Fátima do N. Niy**. **Sr. José Orlando Ghedini** retoma que demandara, na última reunião, que as intervenções referentes aos contratos a serem rescindidos fossem desmembrados em cada um dos lotes, nos aspectos financeiros. Aproveita para reportar que a Sabesp está com maquinário trabalhando na área junto à área de lazer da Pedro Bueno. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi** desconhece a intervenção e a **Sra. Denise Lopes de Souza** esclarece que equipe da Sabesp se encontra na reunião e talvez seja capaz de elucidar do que se trata. Pede inversão do item e apresenta a intervenção Estevão Baião, justificando a ausência do representante da SEHAB. Apresenta a evolução da intervenção global, não apenas do contrato, destacando estar em fase de acabamento, com perspectivas de término das obras até dezembro de 2020. Passando ao detalhamento dos projetos de HIS, **Sra. Mariana Sucupira Gomes**, Analista de Políticas Públicas em Gestão Governamental de SEHAB/Deplan, apresenta o andamento dos processos licitatório de projetos executivos do Grupo 2, de responsabilidade da COHAB-SP, que terá licitação em fase única, tendo sido emitida pela SMDU nota de reserva com transferência no início do mês, com valor de R\$ 9.151.766,70. O cronograma prevê conclusão das obras em abril de 2023. As desapropriações das vinte e três áreas do Grupo 2 são de responsabilidade de SPObras, sendo que do total de 68 áreas de G1, G2 e G3, 42 já tiveram imissão de posse. Sobre o Grupo 3, de responsabilidade de SEHAB/CFT/Proj, cujo processo licitatório trata da fase 1, com onze empreendimentos e 811 unidades habitacionais, estando em processo de licitação, a Concorrência nº 008/SEHAB/2020 (SEI 6014.2020/0001242-6, para contratação de projetos básicos e executivos, com valor de R\$ 11.798.605,71. Prevê-se a abertura dos envelopes em agosto e conclusão das obras para junho de 2024. O Grupo 3 conta com dezesseis áreas em desapropriação, das quais doze já têm imissão na posse. **Sra. Denise Lopes de Souza** destaca que o planejamento das intervenções de HIS realizado em 2019 está sendo cumprido, priorizando a provisão habitacional. Seguindo a pauta – item III.b, avisa que convidou a Sabesp para apresentar o Programa Novo Rio Pinheiros e as ações da Sabesp no território da OUCAE. Agradece a presença da equipe da Sabesp à reunião e passa a palavra a **Sr. Edison Airoldi**, da Sabesp, que apresenta o Programa Novo Pinheiros, sua visão geral e seus desafios, apresentando a diferença da morfologia urbana entre as margens do Rio Pinheiros, e seus afluentes, desde áreas estruturadas até áreas de grande vulnerabilidade sócio territorial. Destaca a governança colaborativa multidisciplinar entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Sabesp para garantir saneamento básico. Para a despoluição da Bacía do Rio Pinheiros, avalia ser fundamental a retirada de cargas de seus afluentes, dentre eles o córrego Água Espraiada. Ressalta o papel da Sabesp em coletar e afastar o esgoto, bem como seu envio à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Barueri. Demonstra que os dezesseis contratos que compõem o Programa já foram licitados, com investimento total de R\$ 1,67 bilhão, encaminhando o esgoto de cerca de um milhão de pessoas ao tratamento à ETE Barueri, prevendo terminar as ações neste córrego até abril de 2022, por meio da construção de coletor tronco para coletar o esgoto ao longo do prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho, destacando a impossibilidade de coletar o esgoto dos assentamentos precários. Assim, destaca a necessidade de cinco áreas para a instalação de Unidade de Recuperação de Qualidade – URQ, com função de tratar os trechos de córregos onde não serão coletados os esgotos dos assentamentos precários, sendo uma das áreas no perímetro da OUCAE, integrante do trecho A de priorização de obras de prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho. **Sra. Denise Lopes de Souza** agradece a apresentação da Sabesp e informa que a área solicitada para a instalação da URQ é área desapropriada no âmbito da OUCAE e, desde a última reunião, SPObras informara ao GG OUCAE a aproximação de Sabesp com a municipalidade quanto ao interesse pela área. Destaca a importância da compatibilização dos projetos, uma vez que a Sabesp abre frente de obra antes da Prefeitura. Desta forma, é importante unir esforços para que o investimento realizado por um ente federativo não seja impactado pelo outro. **Sra. Andrea Ferreira**, da Sabesp, solicita os cronogramas das intervenções de HIS e das demais intervenções de infraestrutura no âmbito da OUCAE, para fins de compatibilização, destacando que o contrato da Sabesp é por performance e, portanto, o contratado se esforçará para executar as obras o mais rápido possível. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi** sente que o cronograma de compatibilização das intervenções está atrasado, destacando já ter encaminhado à Sabesp os projetos de SPObras para a região, mas ainda sem ter recebido os projetos e cronogramas de Sabesp. Retoma proposta de Termo de Cooperação entre a PMSP e a Sabesp, sobre a área desapropriada que pertencera à Tupi. Explica que SIURB e SPObras têm estreitadas relações com a Sabesp para a cessão desta área e construção da URQ, tendo já apresentado no GG OUCAE os pontos considerados importantes por SPObras. **Sra. Denise Lopes de Souza**, completa a importância da aproximação institucional. **Sr. Edison Airoldi** destaca que a razão da URQ é tratar o esgoto que não pode ser coletado, para despoluir o córrego à jusante, sem atender os assentamentos precários à montante. **Sra. Sheila Mendes do Nascimento** questiona a localização da URQ, o que é confirmado ser o terreno localizado na antiga Tupi, perdendo área do parque, o que é esclarecido pela **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi** que destaca que a URQ é provisória, mas SPObras entende que é preciso estabelecer, nas tratativas, a contrapartida de que a Sabesp implante parte do parque sem ônus à Municipalidade. **Sr. José Orlando Ghedini** questiona como a área da OUCAE está em obras sem tratativas entre Sabesp e PMSP. Questiona qual o prazo para a instalação desta URQ, quanto tempo é considerado provisório, se tratará totalmente os córregos Água Espraiada e Hélio Lobo. **Sra. Denise Lopes de Souza** esclarece que as obras do coletor tronco, realizadas atualmente pela Sabesp, não são objeto de cooperação, somente a área prevista para instalação da URQ, que não foi iniciada. **Sr. Edison Airoldi** (CL) esclarece que a URQ é situada próxima ao rio, que fará um desvio do córrego, a fim de limpá-lo e devolvê-lo limpo ao seu curso natural. E que a estação durará o tempo que precisar até a urbanização dos assentamentos precários que despejam atualmente seus esgotos no córrego seja concluída. Ressalta

que o processo licitatório deste trecho do Rio Pinheiros ainda não foi concluído, portanto essas obras tendem a demorar ainda cerca de seis meses para início, tendo em vista a necessidade de elaboração de análises de engenharia e obtenção de licenças ambientais. Sra. Denise Lopes de Souza aponta que o termo de cooperação precisará abarcar a discussão deste GG OUCAE, agradecendo à equipe da Sabesp pela presença. Sr. Eduardo Della Manna pede priorização para os pontos de pauta para deliberação, o que é acolhido pela Sra. Denise Lopes de Souza, pedindo inversão do item IV ao VII da Ordem do Dia, antes da continuidade das apresentações sem deliberação. A proposta é acolhida pelos representantes. Passa então ao item IV, para aprovação da proposta de priorização dos trechos de infraestrutura da Av. Jornalista Roberto Marinho, resultante das oficinas realizadas e reportadas ao GG OUCAE. Retoma os encontros realizados em formato de oficinas técnicas, iniciadas em agosto de 2019, que trataram dos parâmetros de qualidade dos empreendimentos de HIS, passando ao debate sobre a priorização dos trechos de intervenção sobre as áreas já desapropriadas e com poucas necessidades de remoções. Aponta que o portal da SPUrbanismo contempla os relatórios detalhados de todas as oficinas, também encaminhados por correio eletrônico aos representantes. Por fim, apresenta a estimativa total de valores para cada trecho de obra, contemplando valores de obras e de reassentamento das famílias a serem removidas em resposta à demanda realizada pela representante titular do IAB-SP, Sra. Catarina Christina Teixeira, em oficinas. Aponta que a priorização dos trechos parte da premissa da arcação de novos recursos, com a proposição de planejamento para priorização de alocação de recursos a serem captados. Detalha a planilha resumo contendo os valores de intervenção para cada trecho, bem como as famílias a remover, destacando o importante papel de SMT/CET e de SEHAB para analisar tecnicamente a priorização inicialmente proposta por SPObras, destacando ganhos de mobilidade para o transporte público coletivo, culminando na priorização do trecho A ainda que haja famílias a remover. Assim, após a implantação do trecho A, a prioridade seguiria os trechos com menor remoção, restando os trechos com grande necessidade de remoção para as últimas etapas, de modo a dar tempo para a construção das unidades habitacionais a serem licitadas. Realiza leitura da minuta de Resolução 002/2020. Sra. Maria Lúcia R. Martins, representante titular da FAUUSP, acredita que há ainda questões abertas e não se sente confortável à deliberação de recursos para destinar à infraestrutura urbana em detrimento de ações para habitação de interesse social, ainda que tenha participado das oficinas, acredita que a matéria deveria ser debatida com maior profundidade. Sr. Eduardo Della Manna propõe adiar deliberação para reunião a ser realizada até o final de 2020, cabendo inclusive a previsão de reunião extraordinária para tratar especificamente o tema, ainda que reconheça a qualidade do trabalho e a importância da intervenção de infraestrutura. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que o projeto da Via Parque não será impactado pela não execução do túnel objeto da ADIN, registra que a produção habitacional é priorizada pelo GG OUCAE, mas que esta deliberação é importante para que SPObras possa realizar as alterações de projeto necessárias. Sra. Maria Lúcia R. Martins reconhece o esforço realizado e justifica sua reticência frente aos aprendizados do passado, em que o Colegiado deliberou a execução de rol de intervenções sem ter conhecimento do impacto desta deliberação, pois não tem condições de avaliar o impacto orçamentário e o que restará de recursos para a OUCAE, para compreender a visão ampla das intervenções. Sr. José Orlando Ghedini acredita ser importante debater em reunião extraordinária, o que é corroborado pela Sra. Denise Maria Saliba Dias Gomes, que destaca a apresentação realizada pela SMT/CET no âmbito da Comissão Técnica de mobilidade. Sra. Denise Lopes de Souza acata a proposta de adiamento deste item da pauta para realização de reunião extraordinária. Sr. Eduardo Della Manna solicita reuniões mensais para que a pauta não fique tão extensa. Sra. Patricia Saran solicita aprovação para a realização de reunião extraordinária em 29 de julho de 2020, definindo com os presentes a ordem da pauta. Adiadidos os demais itens da pauta para a reunião extraordinária. Sra. Denise Lopes de Souza agradece a presença de todos e encerra a reunião às 18h13. A equipe da Gerência de Gestão Participativa – SPUrbanismo/GGP lavrou a presente ata, em 01 (uma) via que, após análise e aprovação, foi devidamente assinada pelos representantes presentes.

#### SÃO PAULO URBANISMO

Representante Titular DENISE LOPES DE SOUZA  
Representante Suplente JOYCE REIS FERREIRA DA SILVA  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU**

Representante Titular FLÁVIA TALIBERTI PERETO  
Representante Suplente LARA CAVALCANTI R FIGUEIREDO  
AUSENTE

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

Representante Titular THOMAS MIGLIORINI COVELLO  
AUSENTE

Representante Suplente ANTONIA RIBEIRO GUGLIELMI  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT**

Representante Titular REGINA MAIELLO VILLELA AUSENTE  
Representante Suplente DENISE MARIA SALIBA DIAS GOMES  
MES

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

Representante Titular SILVIO EUGÊNIO DE LIMA AUSENTE  
Representante Suplente LUIZ HENRIQUE TIBIRIÇA RAMOS  
AUSENTE

#### SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE – SVMA

Representante Titular LUCIA NOEMI SIMONI AUSENTE  
Representante Suplente MARIA LOURA FOGAÇA ZEI  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF**

Representante Titular FERNANDO F. BERNARDINO  
Representante Suplente IZABELLA NEVES TOMINAGA  
**PREFEITURA REGIONAL SANTO AMARO**

Representante Titular JANAIANA LOPES DE AMRTINI AUSENTE  
Representante Suplente MÁRCIA M. DE ARAUJO BORGES  
AUSENTE

#### PREFEITURA REGIONAL JABAQUARA

Representante Titular ROSANA GIACOMINA MARIA ALFIERI  
AUSENTE

Representante Suplente FERNANDO MARCOS FERREIRA  
**MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO**

Representante Titular JOSÉ ORLANDO GHEDINI  
Representante Suplente LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA  
AUSENTE

#### INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – IAB

Representante Titular CATARINA CHRISTINA TEIXEIRA  
Representante Suplente ESTEVÃO S. SIMÕES FERREIRA  
INSTITUTO DE ENGENHARIA – IE

Representante Titular MARCELA GARCIA HENRIQUE AUSENTE  
Representante Suplente MÁRCIA M. DE ARAUJO BORGES

#### ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS – APEOP

Representante Titular ANTÔNIO MARCOS DÓRIO VIEIRA  
Representante Suplente PATRÍCIA MAROJA BARATA CHAMIÉ AUSENTE

#### SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRAS, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECOVI

Representante Titular EDUARDO DELLA MANNA  
Representante Suplente TÂNIA PANTANO AUSENTE

#### ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB

Representante Titular LUIZ ANTONIO DE ANDRADE AUSENTE  
Representante Suplente MÁRCIA ISIS FERRAZ DE SOUZA AUSENTE

#### FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FAUUSP

Representante Titular MARIA LÚCIA REFINETTI R. MARTINS  
Representante Suplente JOÃO FERNANDO PIRES MEYER AUSENTE

#### UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA – UMM

Representante Titular CARLINA HENRIQUE DA SILVA AUSENTE  
Representante Suplente BENEDITO R. BARBOSA AUSENTE

#### ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELA DO PERÍMETRO DA OPERAÇÃO URBANA

Representante Titular SHEILA MENDES DO NASCIMENTO  
Representante Suplente OLAVO GERALDO AUSENTE

#### SEI 7810.2020/0000201-3

#### ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA ESPRAIADA

#### REALIZADA EM 29/07/2020

#### MICROSOFT TEAMS

Às 15h15, do dia 29 de julho de 2020, na plataforma Microsoft Teams, Sra. Patricia Saran, Gerente de Gestão Participativa da SPUrbanismo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes cumprimenta cordialmente os presentes e inicia a 6ª Reunião Extraordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – OUCAE. Segue com a apresentação da pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; Ordem do Dia: I. Apresentação sintética dos trabalhos desenvolvidos nas Oficinas da OUCAE: Estudos da CET, Plano de Reassentamento da SEHAB, intervenções propostas por SIURB/SPObras e cronogramas de planejamento de produção habitacional e de execução de infraestrutura; II. Deliberação: Aprovação da proposta de priorização dos trechos de infraestrutura da Av. Jornalista Roberto Marinho, resultante das Oficinas realizadas; III. Deliberação: Carta à PMSP e CMSP com Recomendação de aprovação do PL 381/2019 (Churci Zaidan); IV. Andamento das Intervenções: a. Quadro Físico-Financeiro Geral; b. Plano de Trabalho Social; V. Apresentação do Plano de Aplicação Anual: proposta orçamentária para 2021; VI. Informe: Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira. Sra. Patricia Saran verifica a presença dos seguintes participantes: Denise Lopes de Souza, representante titular da São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo; Joyce Reis Ferreira da Silva, representante suplente da São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo; Flávia Taliberti Pereto, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU; Fernando Fernandes Bernardino, representante titular da Secretaria Municipal da Fazenda – SF; Maria Laura Fogaça Zei, representante suplente da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA; Estevão Sabatier Simões Ferreira, representante suplente do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP; Antonio Marcos Dória Vieira, representante titular da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP; Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos Representantes dos Moradores de Favela - perímetro da OUCAE, e Maria Lúcia Refinetti R. Martins, representante titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo – FAUUSP. No decorrer da reunião, também estiveram presentes os seguintes representantes: Antonia Ribeiro Guglielmi, representante suplente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB; José Orlando Ghedini, representante titular do Movimento Defesa São Paulo – MDSP; Lucila Falcão Pessoa Lacreta, representante suplente do Movimento Defesa São Paulo – MDSP; Catharina Christina Teixeira, representante titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP; Eduardo Della Manna, representante titular do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residências e Comerciais de São Paulo – SECOVI; Tânia Pantano, representante suplente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residências e Comerciais de São Paulo – SECOVI. Sra. Denise Lopes de Souza, Diretora de Implementação de Projetos Urbanos – DIP e representante titular da SPUrbanismo, toma a palavra, propõe a retirada da pauta dos dois primeiros itens. Informa ter recebido contribuições da representação da FAUUSP e do IAB-SP desde a 56ª Reunião Ordinária, ocorrida uma semana antes, cujos itens estavam pautados e foram adiados para esta reunião extraordinária. Explicita a pertinência da preocupação dos representantes em garantir o atendimento habitacional às famílias de baixa renda já impactadas pelas intervenções da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – OUCAE, de modo que a Coordenação deste Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada – GG OUCAE compreendeu a necessidade de melhor elucidar as condicionantes necessárias para permitir a deliberação da priorização dos trechos de intervenção da Via Parque sem, com isso, comprometer a prioridade de atendimento habitacional de interesse social. Assim, propõe que seja realizada reunião técnica para elucidar as questões pendentes antes da próxima reunião ordinária, solicitando adesão dos representantes para que seja possível aprofundar o assunto e permitir a deliberação na próxima reunião ordinária. Sr. Eduardo Della Manna concorda com a proposta, mas lastima a necessidade de realizar mais uma reunião, além das três já realizadas anteriormente. Cobra a participação do IAB-SP e da FAUUSP na reunião técnica a ser agendada, o que é divergido pela Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins, representante titular da FAUUSP, que esclarece que IAB-SP e FAUUSP participaram das oficinas que trataram do assunto, mas que discordam do modo que se efetivaram as prioridades, mas que é importante discutir de que forma o GG OUCAE aprova as prioridades da OUCAE, solicitando que a carta enviada à Coordenação seja disponibilizada aos demais representantes do GG OUCAE. Esclarece que as prioridades em relação à Via Parque estão pertinentes conforme explicitado pelas oficinas, mas que a prioridade do GG OUCAE é o atendimento habitacional de interesse social das famílias impactadas previamente às intervenções da Via Parque. Sra. Denise Lopes de Souza esclarece que está pactuada na proposta o atendimento habitacional das famílias já removidas, mas prevê que se retomem as obras prioritárias da Via Parque em cerca de um ano e meio, destacando não ser possível iniciar nenhuma obra antes deste prazo, indicando prazo semelhante para a construção das unidades habitacionais de interesse social cujos projetos se encontram em fase de licitação. Assim, o que foi discutido nas oficinas foi que, muito embora se entreguem obras de HIS em andamento, restarão cerca de 1.200 famílias em auxílio aluguel a serem atendidas pelos empreendimentos que serão construídos a partir dos projetos. Destaca a prioridade de iniciar a intervenção do trecho A, pelo expressivo ganho de mobilidade em detrimento de pequena remoção. Explana que existem duas contas segregadas, uma para recursos de intervenção em habitação e uma para recursos para outras intervenções e a partir de nova distribuição pública de CEPAC, se permitiria a retomada de intervenções de infraestrutura a partir de 2022, mantendo a produção de habitação de interesse social. Sra. Sheila Mendes do Nascimento, representante titular da Associação dos Representantes dos Moradores de Favela - perímetro da OUCAE, destaca processo sobre ação de desapropriação, por DESAP, que prevê a remoção de cerca de cinquenta por cento da favela Alba, com Ação Civil Pública nº 1014699-29.2014.8.26.0053. Questiona sobre a atualização cadastral realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que tem reduzido as famílias atendidas por auxílio aluguel. Informa que solicitou essas informações à SEHAB, ainda sem ser atendida. Mostra-se otimista que, no fu-

turo da OUCAE, as próximas remoções sejam feitas concomitantes às entregas. Pediu à SEHAB identificar as 51 famílias impactadas pelas obras do trecho A, e as 11 famílias do trecho B. Espera que em próxima reunião, as informações já sejam disponibilizadas. Sra. Catharina Christina Teixeira, representante titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP, explana sobre o documento elaborado sobre a priorização, destacando estudo do GG OUCAE que destacou dois empreendimentos de HIS, das áreas 25 e 65, que somam 1.279 unidades habitacionais e poderiam ser priorizados para equacionar a situação das famílias já removidas por frente de obras. Explana que entre 2017 e 2018 esses dois empreendimentos já haviam sido priorizados e isso se perdeu, solicitando de SPObras o cronograma de execução dessas obras. Sr. José Orlando Ghedini, representante titular do Movimento Defesa São Paulo – MDSP, solicita compreender, do recurso disponível, o que já está comprometido com as intervenções e, a partir disso, compreender quais empreendimentos habitacionais podem ser construídos. Informa que a área definida pelo Trecho E, que se encontrava vazia, tem sido ocupada recentemente. A Coordenação retoma a proposta de retirada de pauta dos itens I e II, com a concordância dos presentes, os dois primeiros itens da ordem do dia são adiados para a próxima reunião ordinária. Passando ao terceiro item da pauta, Sra. Denise Lopes de Souza recupera reunião anterior em que o GG OUCAE sugeriu recomendação pela aprovação do Projeto de Lei nº 381/2019, que trata da complementação da aprovação do Plano Churci Zaidan que permitiu o acréscimo de emissão de Certificado de Potencial Adicional Construtivo – CEPAC. Retoma o informe da representante Sra. Sheila Mendes do Nascimento, de que os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP haviam debatido sobre não seria necessária a aprovação deste projeto de lei para a realização de nova distribuição pública de CEPAC, diferente do entendimento jurídico da SPUrbanismo. Isto posto, a pedido do GG OUCAE, a Coordenação apresenta minuta de Carta à Prefeitura Municipal de São Paulo e à CMSP com recomendação de aprovação do PL nº 381/2019, trazendo histórico desde o último leilão, o movimento pela nova legislação para aprovar o Plano Churci Zaidan, em 2014 e aprovado em 2018, que demandou complementação consolidada pelo PL nº 381/2019, destacando a importância da aprovação para captação urgente de recursos para viabilizar as intervenções de habitação de interesse social. Sr. Antonio Marcos Dória Vieira, representante titular da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP, ressalta o trabalho técnico da SPUrbanismo realizado sobre a ilegalidade, apontada pelo Vereador Caio Miranda, do ponto do PL sobre a Transferência do Direito de Construir – TDC, por meio de ofício à SPUrbanismo. Destaca que o PL evoluiu muito e frisa a necessidade do PL para incentivar a doação para melhoramentos públicos e viabilizar recursos para as intervenções previstas pela Lei da OUCAE. Sr. Eduardo Della Manna, representante titular do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residências e Comerciais de São Paulo – SECOVI, comunica que a apreciação deste PL estava pautado na sessão da CMSP, deste dia, porém houve pedido de retirada de pauta. Manifesta-se favoravelmente ao envio do ofício à CMSP e reitera a importância da aprovação deste Projeto de Lei pela Casa Legislativa. Sr. José Orlando Ghedini concorda com o envio da Carta, solicitando remover da minuta a menção à Licença Ambiental Prévia – LAP nº 17/SVMA/2003, bem como ressaltar que os melhoramentos viários sejam realizados às custas e incentivos do empreendedor e não da OUCAE, que tem outras prioridades para o gasto dos recursos. Sra. Denise Lopes de Souza destaca que cabe ao GG OUCAE a competência de deliberar sobre o uso dos recursos para as intervenções, por meio de sua priorização e deliberação, bem como esclarece que a LAP é apontada como condição em diversos documentos, inclusive nos estudos que subsidiaram a elaboração dos projetos de lei que tratam do Plano Churci Zaidan. Aponta que esta recomendação, caso aprovada pelo GG OUCAE, será publicada em Diário Oficial da Cidade e poderá ser utilizado por todos para informar os vereadores na CMSP. Sra. Joyce Reis Ferreira da Silva, representante suplente da SPUrbanismo, relembra que a motivação da Carta se deu pela falta de entendimento da CMSP frente à necessidade da promulgação da Lei para permitir nova Distribuição Pública de CEPAC, sem propor, na Carta, alterações do PL em debate na CMSP, não cabendo, neste momento, ao Executivo, propor substitutivo, uma vez que o debate encontra-se naquela Casa Legislativa. Sra. Maria Lúcia R. Martins, representante titular da FAUUSP, compreende que há insatisfação dos proprietários e moradores de vias locais com previsão de alargamento pelo Projeto de Lei, explicitada em audiência pública no âmbito da tramitação do PL. Após debate, Sra. Patricia Saran encaminha deliberação dos onze representantes presentes, sendo aprovada por 09 (nove) votos favoráveis, sendo: São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, Secretaria Municipal da Fazenda – SF, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-SP, Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas – APEOP, Associação dos Representantes dos Moradores de Favela - perímetro da OUCAE, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo – FAUUSP, Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residências e Comerciais de São Paulo – SECOVI; 01 (uma) abstenção da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA e 01 (um) voto contrário do Movimento Defesa São Paulo – MDSP. Sr. José Orlando Ghedini declara seu voto contrário, apontando ser contra o projeto de lei, que onerará a OUCAE com as ações de desapropriação, e à Carta, devido à forma como a carta está escrita. Sra. Maria Laura Fogaça Zei, mostra-se impossibilitada de votar, em decorrência de expediente em tramitação da SVMA, sem orientação de como, enquanto representante suplente, se manifestar neste assunto. Segue-se a pauta. Sra. Denise Lopes de Souza recupera que ficaram pendentes, da 56ª Reunião Ordinária, o quadro físico-financeiro geral, convidando à fala a Gerente de Planejamento e Monitoramento da SPUrbanismo, Sra. Maria Teresa Stape Affleck, que compila as informações referentes às intervenções no âmbito da OUCAE, em exercício de compreensão geral, no tempo. Informa estarem destacados no quadro, em amarelo, as atualizações dos valores estimados das intervenções, desde suplemento ao prospecto, de 2012 até hoje, destacando incremento estimado de R\$ 1,0 bilhão. Demonstra o quadro resumo das intervenções, o quadro das intervenções concluídas, que conservam seus valores históricos. Detalha as intervenções em andamento, separando as intervenções de HIS das demais, de infraestrutura. Destaca que a Via Parque foi parada em Fase 1, contendo os trechos com proposta de priorização debatido nas oficinas de infraestrutura referente ao prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho realizadas durante o último ano. Explicita os valores atualizados. Demonstra o quadro das intervenções de HIS em andamento, destacando a licitação de projetos executivos, por COHAB-SP e SEHAB, bem como as atualizações de valores, apontando cronograma esperado para 2026. Demonstra quadro com intervenções suspensas, separados a pedido do GG OUCAE, destacando valor total, em vermelho, uma vez que não foram atualizados até o momento em decorrência dos estudos da Comissão Técnica. Sra. Catharina Christina Teixeira questiona sobre o que ficou em aberto da priorização de recursos, de 2017, especificamente sobre a licitação do projeto das áreas 25 e 65, o que é esclarecido pela Sra. Maria Teresa Stape Affleck, que informa que essas áreas se encontram agrupadas a outras no âmbito do Grupo 1, de competência da SPObras, comprometendo-se a destacar, junto à SPObras, quais áreas já possuem pacote completo para licitação de obras. Sra. Catharina Christina Teixeira destaca a importância dessa explicitação, uma vez que essas áreas já haviam sido priorizadas em 2017. Sra. Denise Lopes de Souza

esclarece que, com a decisão da rescisão dos contratos dos lotes 1 a 4, SPUrbanismo está levantando junto à equipe técnica da SPObras quais as pendências dos contratos, destacando que as áreas inseridas nesses contratos não podem ser novamente licitadas até que os contratos sejam rescindidos e foram agrupadas nesse Grupo 1. Assim, como as áreas dos Grupos 2 e 3 não se encontram travadas pelos contratos em vias de rescisão, eles acabaram sendo avançados para que a priorização de provisão habitacional não fique paralisada à espera da rescisão dos contratos. Apesar disso, se prontifica a levantar a situação dos projetos dessas áreas junto à SPObras e disponibilizar a situação aos representantes do GG OUCAE. Sra. Catharina Christina Teixeira destaca que o relatório consta como pago para os projetos. Destaca que há necessidade de ajustes no cronograma entre a licitação de projetos, o licenciamento e o início das obras, destacando a importância que não haja hiato sem obras de HIS durante algum período. Sr. José Orlando Ghedini recupera que havia solicitado que cada área DIS fosse explicitada no quadro físico-financeiro, o que é explicitado pela Sra. Maria Teresa Stape Affleck que as áreas dos grupos 2 e 3 estão agrupadas por estágio semelhante na intervenção e sugere que se abram somente as áreas que tiverem cronograma físico-financeiro diferente das demais, sobretudo para o Grupo 1, conforme os pacotes de licitação constem como completos. Sra. Catharina Christina Teixeira sugere que seja realizado boletim informativo mensal de todas as HIS, para acompanhamento passo a passo e efetivar o planejamento detalhado, tanto pela SPObras quanto pela COHAB-SP e SEHAB, contendo informações relativas a todos os lotes, contendo número do processo e sua localização, a previsão do licenciamento, o que foi feito sobre cada lote, a situação do projeto, uma vez que são informações fundamentais, mas cujo detalhamento não cabem em uma reunião de órgão Colegiado, o que é acatado pela Sra. Maria Teresa Stape Affleck. Compromete-se a produzir um modelo ao GG OUCAE e, uma vez aprovado, seguir com a atualização constante e disponibilização dos relatórios periodicamente. Sr. José Orlando Ghedini sugere que o boletim seja anexo ao material enviado na convocação, a ser enviado mas não apresentado durante a reunião, tendo como papel subsidiar os representantes. Acata as sugestões, segue-se à pauta para a apresentação do Plano de Trabalho Social, no âmbito do andamento das intervenções. Constatado problema para ingresso à reunião da convidada de SEHAB para explicar sobre o tema, Sra. Denise Lopes de Souza realiza a apresentação, por SEHAB, destacando ser resultado da realização de oficinas entre SPUrbanismo, SEHAB e as contratadas, a fim de compreender o trabalho realizado e planejar os próximos passos para o trabalho técnico social das quatro operações urbanas vigentes. Culminou no momento da nova licitação, por SEHAB, sendo a Diagonal a responsável por prestar serviços à SEHAB no território onde a OUCAE se situa. Ainda que a contratada seja a mesma que já desempenhava os trabalhos, ressalta que o escopo da licitação foi alterado, também em função da Portaria nº 464/2018 do Ministério do Desenvolvimento Regional e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Município - TCM. Foi realizado Plano de Trabalho Técnico Social, cujo produto preliminar será enviado aos representantes. Esclarece que o PTS prevê as ações a serem desenvolvidas para cada área, por tipologias de trabalho social, bem como a proposição de monitoramento trimestral. Será utilizado como base também para a liberação de recursos. Passa então à leitura do conteúdo dos slides preparados pela equipe social de SEHAB, destacando os trabalhos pré-ocupação e pós-ocupação das famílias. Apresenta o escopo das tipologias de trabalho social, mapa com localização dos assentamentos precário. Apresenta linha do tempo dos trabalhos realizados nos empreendimentos da OUCAE, desde 2015 até 2020, explicitando as tipologias a serem desenvolvidas em cada empreendimento habitacional de interesse social, bem como cronograma de desembolso previsto para 2020, a partir de abril (R\$ 2.654.780,34); 2021 (R\$ 2.202.577,97) e 2022 (R\$ 1.748.579,46). Sr. José Orlando Ghedini questiona gasto de R\$ 380,00 reais mensais por unidade, considerando sete mil famílias. Questiona se SEHAB não tem condição de fazer internamente esse trabalho, ressaltando os valores dispendidos pela OUCAE para a ação, o que é respondido pela Sra. Denise Lopes de Souza se tratar de trabalho complexo e de grande vulto que a SEHAB executa, há muitos anos, por meio contratação especializada por processo licitatório cuja pertinência e escopo não são de competência deste órgão Colegiado e sim da SEHAB. Sra. Patricia Saran esclarece que os questionamentos serão encaminhados para SEHAB e as respostas serão posteriormente devolvidas para os representantes. Sra. Maria Lúcia Refinetti R. Martins questiona se o recurso para o desenvolvimento do trabalho técnico social é retirado da conta da habitação de interesse social, o que é confirmado pela Sra. Denise Lopes de Souza. Sem novas manifestações, Sra. Denise Lopes de Souza segue a pauta e apresenta o Plano de Aplicação Anual: Proposta Orçamentária para 2021. Retoma que foi apresentado, na 55ª Reunião Ordinária, que as Operações Urbanas, desde 2011, fazem parte do orçamento municipal. Assim, além das informações de fluxo de caixa, há a previsão e execução orçamentária anual. Assim, retoma explicação feita sobre como ler os códigos que compõem a dotação orçamentária e demonstra a execução orçamentária de 2020, contendo as dotações, as aplicações programadas, o orçamento inicial, o orçamento atualizado, os valores reservados e os valores empenhados. Explica que a reserva de recursos se trata de compromisso previsto, já o empenho é um compromisso efetivo, pois ele define um valor a quem e demonstra a tabela, por exemplos. Demonstra os itens para cada dotação orçamentária reservada e empenhada até 17 de julho de 2020. Informa que a SEHAB solicitou que o trabalho social e o gerenciamento físico relacionados às dotações referentes ao Programa de Metas fossem agrupados no conjunto das intervenções. Assim, havia R\$ 112.214.888 de orçamento aprovado para esse ano. Já foram reservados às secretarias executoras R\$ 78.859.374, dos quais R\$ 57.110.674 já foram empenhados. Isso principalmente por conta dos recursos de desapropriações que ainda não foram solicitados. Para 2021, haverá provavelmente disponibilidade de cerca de R\$ 50,0 milhões em caixa, se não houver recurso arrecadado adicional. Dito isso, retoma a apresentação do cronograma, indicando que já enviamos a projeção de receita para 2021, que culminou na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Demonstra a proposta orçamentária para 2021, destacando que cabe à SF receber a proposta orçamentária, promover o processo participativo no âmbito do Executivo Municipal, devolve as contribuições da sociedade civil aos órgãos, recebe novamente a proposta orçamentária final e consolida a PLOA, que será debatida com a sociedade civil e vereadores na Câmara Municipal de São Paulo – CMSP. Sobre a proposta para 2021, evidencia não haver mais a dotação sobre o programa de metas, pois a nova administração apresentará suas metas no ano que vem. Identifica os detalhamentos das priorizações dos trechos referentes ao prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho, elaboração de projeto de adequação da Via Parque, por trechos, contrapartida para o financiamento relativo ao prolongamento da Avenida Churci Zaidan; remuneração da SPUrbanismo e SPObras; contratos com a Caixa Econômica Federal. Sobre habitação de interesse social, destaca não ter na dotação destaque relativo ao Grupo 1, uma vez depender ainda da rescisão dos contratos dos lotes 1 a 4, restando o orçamento previsto para licitação dos projetos dos grupos 2 e 3, bem como as respectivas remunerações e/ou gerenciamento físico; despesas com auxílio aluguel; trabalho técnico social, totalizando R\$ 99.625.454 previstos para 2021, sendo: R\$ 39.928.658 para SEHAB, R\$ 50.616.57 para SIURB e R\$ 9.080.639 para remunerações, contratos de escrituração e fiscalização de CEPAC. Como há previsão de cerca de R\$ 50,0 milhões em caixa, a Coordenação sugeriu a priorização, caso não haja entrada de novos recursos, por meio de